

Fórum e Cruesp reúnem-se nesta segunda, 14

Assembléias discutirão indicativo de paralisação e ato unificado

Após o “Almoço na Reitoria”, no dia 10/5, o Fórum das Seis e os DCE’s da USP e Unicamp realizaram na sede da Adusp, às 16 horas, reunião de encaminhamento da campanha de data-base, e avaliaram ofício enviado pelo Cruesp.

Informes da reunião do Conselho Universitário da Unicamp indicam que os técnicos do Cruesp analisaram a pauta de reivindicações no dia 3/5, enviando ao Fórum, em 4/5, ofício que só foi recebido na segunda-feira, 7/5. Neste ofício fica marcada uma reunião técnica para dia 14/5 às 14 horas, na Unicamp.

Segundo o ofício, uma reunião de negociação será agendada durante a reunião técnica do dia 14. É bom registrar que havíamos proposto as datas de 8/5 e 11/5, para a reunião técnica e de negocia-

ção, respectivamente.

O Fórum considera que, se houvesse vontade política do Cruesp, teria sido possível avançar a agenda de discussão e negociação. Neste sentido considerou também importante que o movimento aumente a pressão sobre o Cruesp para vermos atendidas nossas reivindicações. Não há dúvida de que temos condições propícias para tanto (veja matéria sobre a evolução do ICMS na página 4).

Foi aprovada proposta indicativa de paralisação no dia 17/5, com a realização de Ato Unificado de professores, alunos e funcionários diante da Reitoria da Unicamp.

Esta proposta e a reunião do dia 14/5 serão objeto de análise das diversas assembléias gerais de docentes e funcionários e das instâncias estudantis.



Daniel Garcia

Almoço na Reitoria

Com a presença de cerca de 600 pessoas, foi realizado na quinta-feira passada (10/5) “almoço” no gramado da Reitoria da USP, com a participação de professores, alunos e funcionários.

A atividade marcou o início da Campanha de data-base na USP, demonstrando a disposição de luta das três categorias em defesa da universidade pública e das nossas reivindicações.

Assembléia da Adusp

3ª feira, 15/5, 17 horas, no Anf. Abrahão de Moraes (IF)

Pauta

- 1) Campanha Salarial: a) Informes da reunião com a Comissão Técnica do Cruesp do dia 14/5;
b) Discussão dos indicativos do Fórum das Seis:
 - Paralisação no dia 17/5;
 - Ato Unificado no dia 17/5 na Unicamp, a partir das 11h30
- 2) Congresso da USP: encaminhamento do dia de encerramento, marcado para 26/5

CARTA

“Matéria sobre IAG distorceu os fatos”

Prezados colegas da Adusp,

Venho manifestar-me a respeito da maneira como foi veiculada a matéria publicada no último **Informativo Adusp** (95, maio de 2001), intitulada “Aplicação Irregular de Penas Disciplinares a Docentes”, que visa denunciar irregularidades adotadas em algumas unidades da USP, na aplicação de penas disciplinares a docentes.

Nesta matéria um recente caso do IAG foi citado longamente, contendo a referida matéria fatos que fornecem uma visão parcial e distorcida do que estaria ocorrendo no Departamento de Geofísica do IAG-USP. Sou docente neste departamento e tenho acompanhado o desenrolar do Processo de Sindicância e dos fatos que levaram à instauração do mesmo.

Conhecendo a lisura e postura ética que caracteriza a diretoria da Adusp, causa-me espanto o fato de que a referida matéria tenha sido veiculada sem que nos

representantes na Adusp fossem antes ouvidos, ou que fosse dada a chance da outra parte envolvida (chefia do Departamento de Geofísica) apresentar a sua versão dos fatos.

Atenciosamente,
Naomi Ussami
Docente do IAG

Agradecemos à colega sua manifestação. Gostaríamos de registrar que a matéria do Informativo não entra no mérito da questão em litígio no IAG, nem toma partido em relação às posições em disputa. Nossa preocupação fundamental é que o poder institucional utilize, no esclarecimento de pendências e disputas, processos que garantam a liberdade de opinião e manifestação, a transparência do embasamento de suas decisões e pleno direito de defesa aos docentes. Os advogados da Adusp testemunharam graves falhas processuais no tratamento dispensado ao caso no IAG.

Diretoria da Adusp

Plenária final do 4º Congresso no dia 26/5

Daniel Garcia

O 4º Congresso da USP convoca delegados e observadores para sua Plenária de Encerramento, que ocorrerá no dia 26/05, sábado, no Auditório da FAU. As plenárias anteriores, previstas para três dias, acabaram ocupando os delegados, representantes de alunos de graduação e de pós-graduação, funcionários e professores, durante seis dias, entre 9 de abril e 5 de maio.

A não ser em lutas específicas, como na vitoriosa greve do ano passado, há muitos anos, desde o 3º Congresso de 1987, que os que trabalham e estudam na USP não se reúnem para refletir sobre a complexa temática de uma universidade pública. Por isso foram debatidos, em grupos de trabalho, os mais variados temas: conjuntura, finalidades de uma universidade pública, avaliação, acesso, recursos humanos, estrutura de poder, financiamento, fundações e autonomia, entre outros. Alguns temas tiveram pouco espaço nas plenárias



decisórias, outros ainda sequer foram debatidos. Nestas, momentos de congraçamento se alternavam com momentos de divergências. Algumas propostas foram aprovadas por unanimidade, outras dividiram os delegados presentes. Foi uma experiência e tanto! Agora, finalmente, caminhamos para a Plenária de Encerramento, que deverá debater temas ainda pendentes e desenhar o encaminhamento das lutas decorrentes das propostas aprovadas no Congresso. Em particular, estaremos discutindo a organização do plebiscito previsto em regimento.

Será um marco importante na luta em defesa da **Universidade Pública** e na luta pela transformação da USP na **Universidade que queremos!**

MEC e Reitoria agravam impasse e a UFPel continua em greve

A presença de um representante do MEC em Pelotas, no dia 7/5, agravou o impasse entre a reitora Inglore de Souza e a comunidade universitária da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Desde 16/4, os estudantes da UFPel estão em greve. A última sessão do Conselho Universitário ocorreu no dia 25/9 — após essa data, a Reitora deixou de convocar as sessões desse colegiado.

A greve dos estudantes na UFPel eclodiu após a decisão de Inglore de passar a

cobrar pelo transporte da cidade de Pelotas para o campus. O transporte gratuito, feito através de ônibus alugados pela UFPel, era o único meio de transporte coletivo que permitia chegar à universidade.

A cobrança de passagens gerou revolta entre os alunos, que entraram em greve e passaram a realizar uma série de protestos contra a reitora Inglore. Logo os outros segmentos se mobilizaram ao lado dos alunos. Como os arrastaram-se por mais de um mês sem que Inglore cedesse

aos apelos da comunidade, três estudantes entraram em greve de fome, ficando oito dias e meio nessa situação. A greve de fome, que terminou no dia 2/5, serviu para chamar a atenção da sociedade para o impasse na UFPel.

No dia 7/5, um funcionário da Secretaria de Ensino Superior do MEC (Sesu) esteve em Pelotas para intermediar a negociação. A posição do MEC agravou o impasse: além de declarar impossível a volta do subsídio do transporte coletivo pelo ministério, como ocorria até 1992, reforçou a

posição da Reitoria de que seria impraticável a manutenção do transporte gratuito.

Diante disso, a comunidade decidiu, em assembléia, manter a greve e suspender a proposta de trégua que havia apresentado como possibilidade para as negociações com a reitoria.

Reconduzida ao cargo em um processo até hoje amplamente contestado pela comunidade, Inglore é acusada de ter, ela própria, definido todas as regras da eleição e até mesmo o colegiado que elegeria o “novo” reitor.

Papel da CCS em xeque

Que papel deveria exercer, na USP, a Coordenadoria de Comunicação Social — CCS? Aparentemente, um papel de promotora do intercâmbio entre as diversas áreas e unidades, bem como entre a Universidade e a sociedade, contribuindo, com a atividade dos meios de comunicação que dirige, para o desenvolvimento do ensino público, da ciência e da pesquisa.

No decorrer da greve de 2000, contudo, a CCS exerceu outro papel: o de portavoz da Reitoria. Essa atribuição trouxe danos à imagem da coordenadoria, que passou a editar o **Informativo CCS**, boletim noticioso criado com a finalidade específica de difundir informações contra o movimento grevista. Encerrada a greve, o **Informativo CCS** desapareceu.

Fatos recentes sugerem que a coordenadoria parece não ter encontrado, ainda, o melhor caminho de atuação. Surpreende, por exemplo, o tratamento que o **Jornal da USP** concede a determinadas questões, como o possí-

vel desvio de verbas na ECA (leia texto nesta página).

Na edição 549, de 7 a 13/5, o **Jornal da USP** dá a seguinte manchete: “Uma questão de transparência”, e explica, no subtítulo: “O diretor da ECA, Waldenyr Caldas, abriu sindicância e auditoria para tirar dúvidas e tornar ainda mais transparentes os negócios executados na escola”.

Trata-se de uma completa inversão dos fatos. Quer dizer, a verdadeira notícia (o suposto desaparecimento de 308 mil reais) é confinada no texto da matéria, e substituída, no alto da página, por um elogio ao atual diretor da ECA, que “abriu sindicância e auditoria para tirar dúvidas”.

Tirar dúvidas sobre o quê? É preciso ler a matéria para entender que se trata de uma investigação sobre fato grave. Na verdade, não se pode “tornar ainda mais transparentes” os “negócios” da ECA, pois não houve transparência até agora.

Espera-se que a CCS venha a tornar-se exemplo de jornalismo crítico compatível com o papel de uma universidade.

ECA e Reitoria investigam sumiço de R\$ 308 mil

Persiste o mal-estar na ECA, mais uma vez envolvendo a direção da unidade. Em dezembro, a nomeação, pelo reitor, de um diretor que obteve apenas 34% dos votos ponderados na consulta à comunidade (que envolveu mais de mil eleitores) suscitou repúdio generalizado. Agora, um escândalo financeiro aumenta a perplexidade de professores, alunos e funcionários: nada menos do que 308 mil reais teriam desaparecido. Uma sindicância na própria ECA e uma auditoria ordenada pela Reitoria apuram os fatos.

Os oito departamentos da ECA têm projetos de reequipamento de laboratórios. Dos 824 mil reais recebidos para esses projetos, somente uma parte foi efetivamente gasta. As verbas não investidas no reequipamento somam 308 mil reais, em

números redondos.

O Relatório da Área Financeira da ECA de 30/3/2001, de onde foram extraídos os dados, informa ainda que, “examinado o controle financeiro” da unidade, constatou-se que ele “estava muito aquém das necessidades” e que “quanto às despesas executadas pela Diretoria neste 1º trimestre, foi constatado que a mesma utilizou 33% além de suas capacidades”.

Ex-diretor da ECA, o professor Tupã Gomes disse ao jornal *Último Segundo*, do portal IG da Internet, estar “perplexo” com o caso. O atual diretor, professor Waldenyr Caldas, que determinou a sindicância, foi vice-diretor na gestão de Tupã. Ele declarou àquele informativo que não sabia do suposto desvio: “Vice não faz nada. É um cargo meramente decorativo”.

I Fórum deixa indagação no ar

Entre 9 e 11/5 foi realizado o terceiro módulo do I Fórum de Políticas Universitárias da USP. Os debates, no Auditório da FEA-5, completaram o ciclo inaugurado pela Reitoria em novembro.

Nas sessões de maio, foram discutidos, entre outros temas, a ampliação do ensino de graduação, expansão e reposição de pessoal docente, autonomia e recursos do Estado, previdência, política de extensão, política de benefícios. O I Fórum foi concebido como contraponto ao 4º Congresso da USP. Resta saber se as políticas operadas hoje pela Reitoria sofrerão alguma reorientação como decorrência de propostas surgidas no I Fórum.

MEC recua e anuncia contratações pelo RJU

O governo federal anunciou a contratação, pelas universidades federais, de 2.000 professores nos próximos meses. A autorização para a abertura de concursos deve ser oficializada no decorrer desta semana. Além disso, o governo concederá gratificação salarial a 96 mil servidores técnico-administrativos e permitirá o remanejamento de funções nas instituições.

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo* (10/5), a “chamada ‘agenda positiva’ do ensino superior estava suspensa por determinação da área econômica e só recebeu sinal verde após intervenção direta de FHC. O MEC queria preencher 6.000 vagas, substituindo os

professores temporários, mas teve de contentar-se com o oferecido”.

O jornal informou ainda que a contratação “será feita pelo Regime Jurídico Único, que garante estabilidade e aposentadoria com salário integral, contrariando o projeto administrativo do governo”. Como se recorda, o governo pretendia que essas contratações inaugurassem a era do “emprego público”, ou seja, professores regidos pela CLT, com precária estabilidade e com aposentadoria limitada a dez salários-mínimos.

A gratificação para os servidores de nível superior, a partir de julho, será de 45% sobre o valor do salário; os de nível médio, 15%; e os demais, 10%. O custo anual se-

rá de R\$ 250 milhões.

De acordo com *O Globo* (10/5), “o pagamento da gratificação e a autorização para a contratação de professores faziam parte de acordo feito em agosto de 2000 pelo governo com as universidades. Há 15 dias, a equipe econômica barrou a proposta e os reitores, em sinal de protesto, boicotaram a solenidade de lançamento do Fundo de Infra-Estrutura no Palácio do Planalto. O presidente FHC reuniu Paulo Renato e o ministro do Planejamento, Martus Tavares, para tratar do assunto. Apesar das resistências da área econômica, determinou o pagamento da gratificação e a liberação da contratação de professores”.

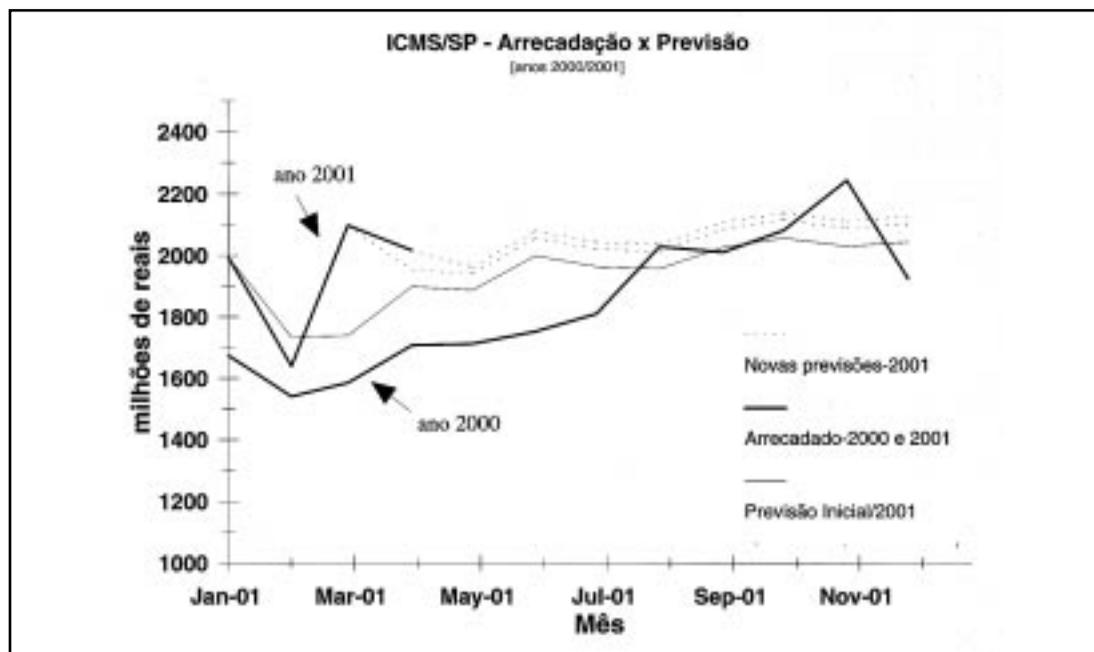
Há espaço para valorizar salários e a Universidade Pública; com a palavra, o Cruesp

O ofício do Cruesp que agenda reunião com o Fórum das Seis para o próximo dia 14 de maio pede explicações sobre a composição do nosso índice de 13,5%, bem como sobre a projeção de receitas do ICMS que suportam nossa reivindicação.

Por diversas vezes, noticiamos que este índice representa as perdas inflacionárias medidas pelo ICV-Dieese (POF antiga) desde maio/95, contabilizada a projeção deste índice até maio/01. Ou seja, mantivemos na prática a reivindicação apresentada no ano de 2000.

Do mesmo modo, nossas projeções do ICMS seguem essencialmente a mesma sistemática do ano passado (veja gráfico). Todavia, a cada mês que passa nós incorporamos o valor apurado à projeção, o que fortalece a retificação de tendências mal definidas inicialmente. Este é o caso, por exemplo, dos índices de inflação e crescimento econômico utilizados (os mesmo do governo), que tradicionalmente revelam-se subestimados. Apenas neste primeiro quadrimestre, o ICMS cresceu nominalmente 19% sobre igual período de 2000.

A Tabela-1 mostra dados da planilha Cruesp sobre o comprometimento financeiro com pessoal em maio/01. Para as três universidades tivemos 81,84%, enquanto na USP o percentual foi de 79,45%, patamares que dão



bastante tranquilidade para uma negociação salarial profícua. Na mesma tabela vemos que, os 13,5% de reajuste, mais uma política de reposição bimensal, projeta para as três universidades um comprometimento de 87% e, para a USP, 85%.

Fato é que nossa reivindicação ainda está distante, tanto de patamares salariais históricos (Tabela-2), quanto daquilo que recebem colegas de algumas universidades privadas de melhor qualificação (algo em torno de R\$7.500 para um doutor). É momento portanto do Cruesp mostrar suas previsões e propostas para vermos se elas refletem compromisso com a valorização do patrimônio humano da universidade e com a efetiva preservação do seu caráter público.

Tabela 1 - Comprometimento Acumulado

| | Total | Unesp | Unicamp | USP |
|--------------------------|-------|-------|---------|-------|
| Planilha Cruesp, maio/01 | 81,84 | 85,08 | 83,87 | 79,45 |
| Projeção 2001(*) | 87 | 90 | 91 | 85 |

(*) Considerando a projeção da Adusp para o ICMS a partir de abril/01, reajuste de 13,5% em maio/01 e reposições salariais bimensais pelo ICV-Dieese (estimado em 0,53% ao mês, pela média dos últimos seis meses).

Tabela 2

| | Jan/73(1) | Fev/89(2) | Abril/01 | c/13,5% |
|--------------------|-----------|-----------|----------|---------|
| Salário MS-3 RDIDP | 9.478* | 5.744* | 3.645 | 4.137 |

* em reais, a valores de maio/01 pelo ICV-DIEESE.

(1) Mês do pico salarial para os servidores das universidades estaduais paulistas.

(2) Mês do decreto que fixou repasses mínimos para as universidades estaduais paulistas.

Queremos também que o Cruesp dê sua contribuição à luta que docentes, alunos e funcionários estão assumindo por ampliação de recursos e vagas nas universidades públicas. No estado de São Paulo atendemos menos que

10% da demanda para o ensino superior. Um passo que pode ser dado é que os recursos de previdência não sejam incluídos nos 9,57% do ICMS destinados ao funcionamento das universidades públicas estaduais paulistas.

4º Congresso da USP

Plenária de Encerramento

Sábado, 26/5, 9h30 na FAU